
DIREITO
DO ESTADO
EM DEBATE

Conselho Editorial

Adriane Reis de Araújo
Aldacy Rachid Coutinho
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Celso Luiz Ludwig
Érica de Oliveira Hartmann
Eros Belin de Moura Cordeiro
Eroulths Cortiano Junior
Fernando Borges Mânica
Fernando Campos Scaff
Guilherme Roman Borges
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Jair Lima Gevaerd Filho
Joe Tennyson Velo
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
José Anacleto Abduch Santos
José Antonio Peres Gediel
Jozélia Nogueira
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luiz Osório Moraes Panza
Manoel Caetano Ferreira Filho
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Miguel Gualano de Godoy
Paulo Ricardo Schier
Ricardo Saavedra Hurtado
Rodrigo Luís Kanayama
Rodrigo Xavier Leonardo
Roland Hasson
Safira Orçatto Meirelles do Prado
Sandro Marcelo Kozikoski
Sérgio Cruz Arenhart

Conselheiros Convidados

Cristina Bichels Leitão
Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro
Guilherme Soares
Hamilton Bonatto
Júlio da Costa Rostirola Aveiro
Majoly Aline dos Anjos Hardy
Roberto Altheim

Comissão Editorial

Andréa Margarethe Rogoski Andrade
Audrey Silva Kyt
Leila Cuéllar
Tereza Cristina Marinoni Freire

Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE-PR

Leila Cuéllar

DIREITO DO ESTADO EM DEBATE

EDIÇÃO COMEMORATIVA
10 ANOS

REVISTA JURÍDICA
DA PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARANÁ

2019

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado pela Bibliotecária Patricia Rezende | CRB-9/1879

REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARANÁ DIREITO DO ESTADO EM DEBATE:
edição comemorativa 10 anos. / Curitiba: Procuradoria-Geral
do Estado do Paraná. - 2019. 350 p. ; n. 10 ; 16 x 23 cm. Anual.

ISSN 2316-3070

1.Direito. 2. Periódico. I. Paraná. II. Título

CDD 340.5
CDU 35(05)

As opiniões e os entendimentos externados nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não se confundindo com os adotados pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial ou pela instituição Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

Todos os textos aqui publicados foram aprovados pelo sistema 'double blind peer review' por dois professores membros do Conselho Editorial, sem interferência da Comissão Editorial.

comissaoeditorial@pge.pr.gov.br

Revisão
Annalice Del Vecchio

Capa e Editoração Eletrônica
Glauce Midori Nakamura

Sumário

Apresentação	5
<i>Leticia Ferreira da Silva</i>	
Apresentação da Comissão Editorial	7
<i>Audrey Silva Kyt (Presidente)</i>	
<i>Andréa Margarethe Rogoski Andrade</i>	
<i>Leila Cuéllar</i>	
<i>Tereza Cristina Marinoni Freire</i>	
Trabalho e direito em distopia	
<i>Law and labour in dystopia</i>	13
<i>Aldacy Rachid Coutinho</i>	
Filosofia política crítica: Direito e Estado	
<i>Critical political philosophy: Law and State</i>	31
<i>Celso Luiz Ludwig</i>	
Procurador do Estado, sim;	
Procurador do Governo, não!	
<i>State attorney, yes;</i>	
<i>Government attorney, no!</i>	63
<i>Jacinto Nelson de Miranda Coutinho</i>	
A regulação e a supervisão financeira na Europa e em Portugal após a crise de 2008	
<i>Regulation and financial supervision in Europe and Portugal after 2008 crisis</i>	79
<i>Jozélia Nogueira</i>	

Estado e Direito entre cativos e cidadãos	
<i>State and Law between captives and citizens</i>	111
<i>Luiz Edson Fachin</i>	
<i>Fernanda Bernardo Gonçalves</i>	
 A dificuldade em ver que a coisa julgada pode	
ser invocada por terceiros	143
<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	
 Desconsideração da personalidade societária e	
responsabilização de terceiros na Lei de Improbidade	
Administrativa e na Lei Anticorrupção	
<i>The disconsideration of societal personality and the</i>	
<i>accountability of third parties in Administrative Improbability</i>	
<i>Law and Anti-Corruption Law</i>	175
<i>Marçal Justen Filho</i>	
 Cláusula aberta de direitos fundamentais e o §3º do	
art. 5º da CF – avanços e retrocessos	
<i>Open-ended clause of fundamental rights and the third</i>	
<i>paragraph of Article 5 of the Brazilian Federal Constitution –</i>	
<i>progresses and setbacks</i>	197
<i>Marcelene Carvalho da Silva Ramos</i>	
 Segurança jurídica e instituições eficazes na Lei n. 13.655/2018	
a partir das metas do ODS 16	
<i>Legal certainty an effective institutions in the Law 13.655/2018</i>	
<i>starting in the ODS 16 goals</i>	225
<i>Alan José de Oliveira Teixeira</i>	

O Direito Financeiro e a Constituição de 1988: passado, presente e futuro	
<i>Public Finance Law and the Constitution of 1988: past, present and future</i>	253
<i>José Mauricio Conti</i>	
<i>Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues</i>	
 O novo processo coletivo brasileiro	
<i>The new Brazilian's collective process</i>	283
<i>Thiago Simões Pessoa</i>	
 Análise da aplicação da Súmula n. 331 do TST aos convênios administrativos	
<i>Analysis of the application of Brazilian Superior Court of Labour's Precedent n. 331 to administrative agreements</i>	319
<i>Víctor Augusto Lima de Paula</i>	